



ESPAÇOS RURAIS E URBANOS NA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE URUGUAIANA

Nola Patrícia Gamalho

Carmen Regina Dorneles Nogueira

Resumo: O presente trabalho busca refletir sobre a constituição da região intermediária de Uruguaiiana a partir da caracterização urbana e rural dos municípios que a compõem. Para tanto, faz-se uma revisão bibliográfica dos conceitos de região, urbano, rural e da proposta de regiões intermediárias e imediatas do IBGE (2017). Compreende-se que há uma intrínseca relação entre os espaços urbanos e rurais na configuração regional. Portanto, refletir sobre o desenvolvimento perpassa uma caracterização crítica da configuração regional.

Palavras-chave: Região; Região Intermediária de Uruguaiiana; Rural; Urbano.

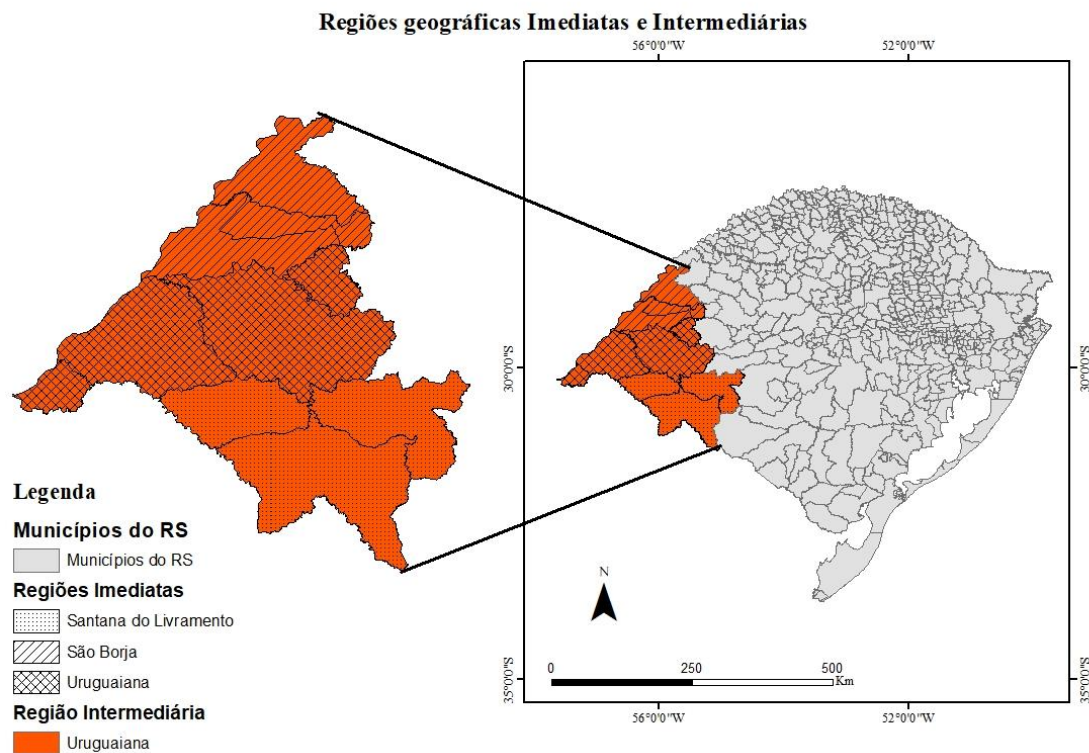
Introdução

O predomínio de Universidades em regiões metropolitanas do país corroborou para o enfoque de pesquisas nesses processos de urbanização, o que sem dúvida é objeto imprescindível às análises espaciais. Todavia, a produção espacial nas cidades distantes dos centros metropolitanos e, inseridas em contextos regionais diversos, possibilita compreensões das articulações espaciais que se desenvolvem em contextos de imbricamento entre o espaço rural e urbano, assim como revelam que a inserção capitalista no espaço se dá em múltiplas escalas, produzindo não apenas homogeneizações, mas diferenciações espaciais e regionais. A instalação da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) na porção sul e fronteira do Rio Grande do Sul impulsiona a reflexão sobre essas formas de produção do espaço urbano em sua hierarquia regional e articulação com o rural. O que pressupõe um olhar particular para esses processos.

Nesse sentido, busca-se contextualizar a região de inserção da UNIPAMPA – Campus São Borja. Ou seja, a análise articula a produção espacial urbana e rural à problemática regional. O recorte regional adotado é da divisão territorial em regiões Imediatas e Intermediárias do IBGE (2017). Assim, a interpretação parte de estudos recentes das dinâmicas espaciais com o intuito de compreender essas articulações a nível regional a partir da contextualização das características urbanas e rurais dos municípios que compõem essas regiões.

A compreensão acerca das dinâmicas espaciais da região intermediária Uruguiana (FIGURA 1) e regiões imediata de São Borja, Uruguiana e Santana do Livramento perpassa as reflexões entre as relações entre urbano e rural e a hierarquia regional a partir da discussão e problematização desses municípios como cidades pequenas, locais e médias. Dessa forma, a metodologia adotada é o uso das categorias espaciais para interpretação da dinâmica regional a partir de revisões bibliográficas e análises de dados estatísticos.

Figura 1: Região Intermediária de Uruguiana e suas regiões Imediatas.



Fonte: Base do IBGE, Elaboração de autores

Reflexões conceituais: a região

A diferenciação de áreas é antiga, anterior à institucionalização da Geografia, aparecendo em Estrabão e Heródoto (HAESBAERT, 2014). Está relacionada ao modo de fazer ideográfico, como estratégias de interpretar o fato espacial, constituindo a identidade da geografia enquanto uma ciência corológica. Nesse sentido, a região é um conceito que acompanha a geografia desde sua constituição enquanto ciência. Está presente em precursores, como Karl Ritter, na geografia clássica de La Blache, na produção desigual do capitalismo da geografia crítica e nas identidades regionais da geografia humanista e cultural.



Além disso, Haesbaert (2014) acrescenta a questão de que o conceito de região é plural, sendo reconhecida como uma realidade, uma individualidade, tal qual abordada na geografia clássica por La Blache, ou um instrumento intelectual do pesquisador, como em Hartshorne. Todavia, contemporaneamente o fenômeno da globalização colocou em xeque a utilidade do conceito de região como um recurso eficiente de interpretar o mundo, dado a premissa de que a globalização implicaria em produção de homogeneidades e, com isso, as diferenciações regionais perderiam seu caráter explicativo. Tendo em vista tantos questionamentos, faz-se necessário problematizar o conceito, para com isso identificar sua potencialidade ou não como categoria espacial.

Em uma perspectiva que busca primeiramente identificar os usos da noção de região, Gomes (2005) exemplifica sua existência no espaço e tempo. O autor propõe antes de conceitualizar, identificar que a noção faz parte do senso comum, tendo sido atribuído usos e sentidos ao longo do tempo. Ou seja, a noção é anterior à constituição da geografia. O autor enfatiza o reconhecimento do uso do conceito, evidenciando sua multiplicidade, o que direciona a potência da noção transformada em conceito para a compreensão de seus diferentes usos e operacionalidades. Na mesma perspectiva, Lencione (2009) demonstra que a palavra região é aplicada em uma variedade de situações, desde o senso comum, até o campo científico. Com isso, alerta para sua fluidez o que implica em dificuldades na própria definição científica. No dia a dia ouvimos referências à região em múltiplas escalas: a região perigosa da cidade, a região do Estado em que nasci, a região nordeste, entre outros.

Dada a complexidade do conceito, é necessário, portanto, refletir sobre os elementos que compõem a noção e o conceito de região. A origem da palavra vem do latim, com um radical em comum entre palavras como regente, regra, sendo que no império romano, as *regiones* correspondiam a áreas que articulavam uma administração local e a subordinação a um poder centralizado (GOMES, 2005). A origem do termo nos remete a uma perspectiva escalar associada a relações de poder, ou seja, corresponde a uma área entre o todo e o local que, embora se diferencie por certa autonomia, responde à uma administração central. Essa perspectiva da região, com origem no período romano tem implicações até a atualidade. A questão de constituir como uma parte do todo também é salientada por Lencione (2009, p.27), que aprofunda a interpretação dessa relação de divisão e totalidade, de singularidade e similaridade:

Como dissemos, o conceito de região está vinculado à ideia de parte de um todo. Nesse sentido, conduz diretamente à ideia de divisão e à questão da dimensão das partes. Mas, cada parte é igualmente parte de um todo, mas também se constitui numa totalidade.



Assim, a região corresponde a um componente espacial, através do qual se tem as relações de poder e/ou econômicas e/ou culturais e/ou administrativas relativas a características de localização, coesão e extensão de sua manifestação. Implicam em divisões territoriais cuja manifestação pode decorrer da constituição como unidade administrativa do Estado ou como uma articulação sócio-histórica específica entre sociedade e natureza, compondo uma singularidade de paisagem e identidade. Ao mesmo tempo em que é singular, está inserida em uma totalidade. Ambas formas foram amplamente aplicadas na própria geografia em suas diferentes concepções teórico metodológicas, como da geografia quantitativa no primeiro exemplo e da geografia clássica no segundo. E, embora essas perspectivas teóricas possam ser identificadas na constituição histórica do campo de estudos geográficos e remetidas à um espaço tempo específico, elas poderiam ser totalmente subtraídas das potencialidades de interpretação que o conceito de região pode disponibilizar? Nesse sentido, retomamos à compreensão de Gomes (2005) em identificar os usos e compreender o que esses usos revelam do conteúdo e intencionalidades presentes tanto na concepção, quanto na aplicação do conceito.

A região é então comumente associada a um determinado recorte do espaço geográfico, cujos critérios para diferenciação podem decorrer do fato espacial em si conformar uma singularidade, ou seja, a região como fato. Pode também estar associada a relações de poder, marcadamente presentes no poder de classificar, nomear e recortar. E é salutar de imediato frisar que esse poder pode estar associado a distintos sujeitos, como o próprio Estado e até mesmo aos processos de internacionalização da economia. E por fim, a região pode ser um recurso de análise do investigador, compondo um instrumento metodológico. Tem-se, nesse caso, a diferenciação espacial como um produto dos critérios adotados. Logo, seria a região um fato ou um recurso intelectual? Na busca de solucionar essa questão, Haesbaert (2014) apresenta três perspectivas: uma realista que entende a região como uma evidência empírica que existe em si, independente do sujeito da pesquisa; uma racionalista que entende a região como um artifício operacional do investigador e, a região como um instrumento de ação/intervenção, muito remetida ao planejamento territorial do Estado ou da expansão territorial de determinado setor da economia (agronegócio, determinado tipo de indústria, entre outros).

Na mesma linha de raciocínio, Lencione (2009) apresenta a região na ciência geográfica em diferentes concepções: como uma realidade existente a priori, autoevidente; em outra perspectiva, a região não tem existência em si, e sim um instrumento de classificação e investigação, sendo que “as regionalizações são produtos de interrelações de fenômenos



que o pesquisador seleciona, fazendo com que a região se constitua no final do processo de investigação” (p.201).

Tendo em vista essas diferentes formas de compreender e constituir o conceito de região enquanto um recurso para tecer interpretações críticas e eficazes, Haesbaert (2014) propõe o conceito de região como um artefato/artefato. Ou seja, supera a dualidade do fato versus instrumento analítico ou de ação, através da compreensão da região enquanto imbricação desses aspectos. Dessa forma, tem-se o prefixo arte também associado à criação e, como criação já produzida, ou seja, o fato. E salienta que toda forma de interpretar, é também uma forma de criar uma realidade, o que demonstra a indissociabilidade entre criação e fato. Para o autor:

Vide o que acontece com a região: produzir uma regionalização, definir regiões, não significa apenas a ‘aplicação’ de um conceito a partir do ‘reconhecimento’ de uma realidade, pois essas próprias delimitações acabam tendo ‘efeitos de verdade’, de alguma forma entrando na composição da produção desse real que o conceito diz re-apresentar. Para alguns, como já ressaltamos, trata-se mesmo de uma realidade constantemente recriada, em complexa dinâmica de re-construção material-ideal (p. 159).

Mas nesse mundo globalizado, há subdivisões? Recortes coerentes? (HAESBAERT, 2014). Dentre os debates acerca da região encontramos o questionamento da possibilidade de um recorte compor uma diferenciação frente a um mundo pretensamente homogêneo, emergindo um posicionamento de que a região seria obsoleta na contemporaneidade.

Lencione (2009) questiona a pretensa homogeneidade. Para a autora, “ (...) nas fissuras dessa homogeneidade emergem as diferenças cujo exemplo mais agudo são os regionalismos que surgem como força política “ (p.202). Nessa releitura entre local e global, entre região e globalização, Haesbaert (2014) reelabora uma densa leitura do conceito de região, colocando-o como indissociável do processo de globalização, como segue:

Podemos, é claro, falar de um processo globalizador – e, concomitantemente, regionalizador – hegemônico, aquele envolvido pelos grandes ‘sujeitos’ que pretendem dar as cartas e definir os rumos do capital financeiro, da especulação em diferentes níveis e da mercantilização generalizada. Em nome de uma lógica individualista-contábil mundial, este movimento propõe de alguma maneira integrar as mais distintas áreas do planeta, regionalizando’ sobretudo na forma que melhor convém às suas estratégias geográficas de circulação, acumulação e dominação (HAESBAERT, 2014, p.10)

Nesse sentido, percebe-se novamente a constituição de regiões atreladas a relações de poder, todavia não como na perspectiva clássica que associa a região ao Estado, mas



agora inserida nas dinâmicas globais e multiescalares. Todavia, a constituição regional pode configurar-se tanto de forma reativa, como a reafirmação das identidades regionais, como constituir a base para a territorialização dos processos globais no plano regional.

Em abordagem neomarxista (HAESBAERT, 2014), a questão clássica da continuidade espacial é flexibilizada, pois o que caracteriza a região seria sua coesão funcional e simbólica. O que implicaria em interpretar a constituição regional antes pelas interconexões do que pelas separações, produzindo regiões cujos limites são porosos.

Tendo em mente essa complexidade tanto do fenômeno, quanto do conceito de região, como se pode interpretar a divisão regional de regiões imediatas e intermediárias proposta pelo IBGE (2017)? Segundo o instituto, essa regionalização foi proposta devido ao aumento da diferenciação interna do território brasileiro e associada à ocupação e ampliação dos espaços produtivos. Nesse sentido, observa-se a regionalização tanto como criação, quanto como fato, uma vez que corresponde às dinâmicas locais, mas com intrínseca relação com as hierarquias urbanas. O que implica também em compreender que são espaços marcados pela dinâmica local e global, o que no caso da região intermediária de Uruguiana pauta-se pela relação de modernização do campo e sua intrínseca relação com o espaço urbano. São, simultaneamente, as transformações da globalização, mas em especificidades territoriais cujo recorte sócio-histórico é marcado pela constituição fronteira, com grandes dimensões rurais, concentração de terras e núcleos urbanos com concentração populacional e distantes uns dos outros.

Sobre cidades Locais, Pequenas e Médias e o Contexto dos Municípios da Região Intermediária de Uruguiana

Uma primeira aproximação do debate sobre cidades pequenas e médias aponta que a dimensão demográfica não é mais suficiente para compreender as funções de uma cidade. Nesse sentido, é preciso compreender as classificações para torná-las instrumento de interpretação das dinâmicas regionais.

Maia (2010) problematiza essa questão exemplificando a classificação de instituições de estudos estatísticos de cidades pequenas aquelas até 20 mil habitantes, acima desse quantitativo são médias e a partir de 500 mil, grandes. A autora questiona se essas classificações traduzem a dinâmica desses espaços. Na mesma linha, Souza (2005) argumenta que a diversificação de uma cidade não decorre apenas do quantitativo populacional, mas com a renda e outros fatores que configuram uma centralidade. Nesse sentido, para o autor: “Uma cidade média em uma região pobre, como o Nordeste brasileiro,



tenderá a não apresentar comércios e serviços tão diversificados e sofisticados quanto uma cidade de mesmo porte em uma região mais próspera(...)" (p.30-31).

As cidades têm distintos contextos sócio-históricos e dinâmicas locais e regionais que implicam na dinâmica regional. O que conduz a compreensão de que a dinâmica urbana precisa ser analisada de forma qualitativa, sem com isso deixar de problematizar o contingente populacional. E, dentro dessa dinâmica de cidades pequenas e médias, inserimos a reflexão de Santos (1979) sobre cidades locais. Nelas o autor cria uma concepção que descola do quantitativo populacional, o que nos interessa para analisar a realidade regional.

A cidade local é aquela que apresenta uma determinada complexidade de atividades, não estando mais as atividades não agrícolas dependentes das agrícolas. Encontra-se na periferia do sistema urbano, o que nos leva a refletir sobre as distinções da Região Intermediária de Uruguiana, uma vez que sua localização corresponde à uma periferia social e geográfica do Estado do Rio Grande do Sul: Sul e região fronteira. A cidade local não está mais servindo predominantemente às atividades primárias. Há com isso uma especialização das atividades. Para Santos (1979, p.71): "Poderíamos então definir a cidade local como a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população (...)". Evidenciando a articulação desses espaços, Santos argumenta que a cidade regional é uma escala acima da cidade local. Ou seja, essas classificações corroboram na compreensão da hierarquia espacial, por isso são intrinsecamente articuladas.

Os municípios têm significativas diversidades em relação aos aspectos populacionais e na relação urbano rural. Alguns datam dos primórdios dos processos de colonização, outros foram emancipados já em meados do século XX. Desses, os municípios mais antigos são: São Borja, que data de 1834; Itaqui, 1859; Alegrete, 1834; Uruguiana, 1847, Quaraí, 1890; Rosário do Sul, 1877; Santana do Livramento, 1857. Dentre os municípios mais jovens, listamos: Maçambará, de 1995 e desmembrado de Itaqui; Manuel Viana, de 1992 e desmembrado de São Francisco de Assis e Alegrete; Barra do Quaraí, de 1995 e desmembrado de Uruguiana.

Em relação às dimensões populacionais urbanas e rurais, observa-se uma significativa diversidade. O Município de Maçambará, de emancipação recente, contabilizou no censo de 2010, 4.738 habitantes, sendo desses 3.428 rurais e 1.340 urbanos. Os municípios com menos de 20 mil habitantes são: Maçambará (4.738), Manuel Viana (7.072), Barra do Quaraí (4.012). Entre 20.000 e 50.000 habitantes tem: Itaqui (38.159) e Quaraí (23.021). De 50.000 a 80.000: São Borja (61.671) e Alegrete (77.653). Por fim, os municípios mais populosos são Santana do Livramento (82.464) e apenas Uruguiana tem mais de cem mil habitantes:

125.435. Observa-se por esses dados a diversidade regional e a possível interdependência e articulação entre municípios de porte e dinâmicas tão distintos.

Uma característica dos municípios da região é sua constituição de longo tempo. Isso se explica pelo contexto sócio-histórico de produção espacial da metade sul e fronteira oeste vinculado às dinâmicas de disputa territorial entre Espanha e Portugal. Outros aspectos históricos e ambientais que corroboram na individualidade regional é seu caráter de fronteira e estar no bioma Pampa. Todavia, no transcorrer do século XX, em consonância com as transformações acerca da expansão do agronegócio, a região foi incorporada às dinâmicas do agronegócio, sem contudo alterar a estrutura fundiária marcada pelo processo de latifúndios.

Predomina na região Intermediária de Uruguiana e suas regiões imediatas, municípios urbanos. Também é salutar observar que, a partir da estimativa populacional em 2020, há redução populacional (TABELA 1).

Tabela 1: População Rural, Urbana e Total

Município	São Borja	Itaqui	Maçambará	Uruguiana	Alegrete	Manuel Viana	Barra do Quaraí	Sant. do Livramento	Quaraí	Rosário do Sul
1991										
Pop. Urb.	52.562	31.483	xxxx	105.822	68.191	xxx	xxx	73.557	19.480	34.123
Pop. Rur.	11.221	8.574	xxxx	11.634	10.727	xxx	xxx	6.695	2.603	6.341
Total	63.783	40.057	xxxx	114.456	78.918	xxx	xxx	80.455	22.083	40.464
2000										
Pop. Urb.	52.273	34.823	1.150	118.538	75.092	5.270	2.865	84.455	22.060	36.250
Pop. Rur.	7.596	4.947	3.85	8.393	9.246	1.725	1.119	6.394	1.942	4.808
Total	64.864	39.770	5.035	126.936	75.092	6.995	3.884	90.849	24.002	41.058
2010										
Pop. Urb.	55.138	33.311	1.310	117.415	69.594	5.362	2.840	74.410	21.310	34.931
Pop. Rur.	6.533	4.848	3.428	8.200	8.059	1.710	1.172	8.054	1.711	4.776
Total	61.671	38.159	4.738	125.435	77.653	7.072	4.012	82.464	23.021	39.707
2020 Estimativa	60.019	37.489	4.562	126.866	73.028	7.307	4.227	76.321	22.607	39.314

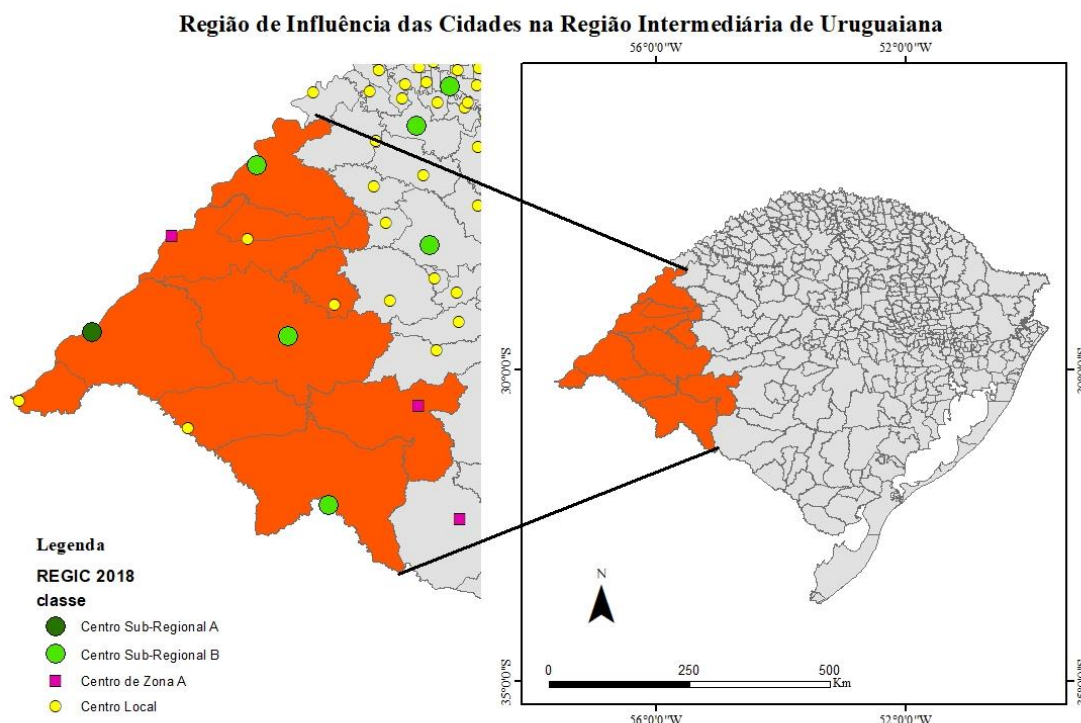
Fonte: IBGE

Conforme estimativa populacional de 2020, observa-se que a região imediata de Uruguiana tem maior concentração populacional, com 211.428 habitantes, seguido pela região imediata de Santana do Livramento, com 138.242 e a com menor contingente

populacional a de São Borja, com 102.070 habitantes. E a região intermediária de Uruguaiiana soma 451.740 habitantes, o que corresponde a 3,9% da população do Rio Grande do Sul. A região como um todo é marcada pela redução populacional, reduzindo de 463.932 habitantes no censo de 2010 para 451.740 habitantes na estimativa de 2020. Apenas Uruguaiiana, Manuel Viana e Barra do Quaraí apresentaram pequeno crescimento populacional. Tendo em vista esses aspectos da dinâmica populacional, conclui-se que há pouco dinamismo econômico na região.

Na hierarquia urbana regional, a partir de trabalho desenvolvido também pelo IBGE (2018), observa-se a proeminência de Uruguaiiana como um Centro Sub-Regional A, Alegrete, São Borja e Santana do Livramento logo na sequência, como Centros Sub-Regionais B, Itaqui e Rosário do Sul como Centro Zona e Maçambará, Manoel Viana, Barra do Quaraí e Quaraí como Centros Locais (FIGURA 2). A rede de influência demonstra as relações das cidades de menor para as de maior hierarquia urbana, revelando com isso o papel de comando e atratividade das cidades de maior centralidade e de subordinação das de menor centralidade.

Figura 2: Hierarquia Urbana



Fonte: IBGE, Elaboração: autores

A classificação do IBGE segue a seguinte ordem de grandeza: metrópoles, capitais regionais, centros sub-regionais (o centro sub-regional A corresponde a 96 cidades no Brasil



e têm média populacional de 120 mil habitantes; o centro sub-regional B é formado por 256 cidades no Brasil e têm em média 70 mil habitantes), centros zona (caracterizadas por menor nível de atividades de gestão, exercendo pouca atração. No Brasil há 398 cidades, com média populacional de 30 mil habitantes) e os centros locais (último nível, de cidades que exercem influência nos seus próprios limites territoriais. Totalizam 4.037 cidades no Brasil, com média populacional de 12,5 mil habitantes) (IBGE, 2018). Na região, as relações entre as cidades são baixas, com polarização dividida entre Porto Alegre e Santa Maria. A região possui um modal rodoviário com uma das menores densidades do Rio Grande do Sul (BERTÊ, 2016).

Como característica da rede urbana regional, tem-se a grande extensão territorial dos municípios, com o perímetro urbano reduzido e concentrando a maior parte da população. São cidades do agronegócio, caracterizadas por intensa articulação econômica e política entre o espaço rural e urbano. Na agropecuária, predomina a produção de cereais, em especial o arroz (Uruguaiana, Itaqui, Alegrete e São Borja); criação de bovinos e produção de leite (Santana do Livramento, Alegrete); suínos (Itaqui); produção de soja (Rosário do Sul e São Borja). Também pode-se destacar a produção de uva em Santana do Livramento e de laranja e tangerina em Rosário do Sul e Alegrete. (BERTE, 2016). Assim, faz-se necessário compreender a articulação entre os setores econômicos para a configuração da hierarquia urbana. A tabela 2 com as informações referentes ao Valor Adicionado pode elucidar algumas reflexões.

Tabela 2 -Valor adicionado bruto a preços correntes / Série revisada (Unidade: R\$ x1000)

Município	VAB AGROPECUÁRIA 2018	VAB INDÚSTRIA 2018	VAB SERVIÇOS 2018	VAB ADMIN. 2018	VAB 2018
São Borja	352.792,46	2.31.593,35	867.443,42	296.621,30	1.748.450,52
Maçambará	145.761,01	17.558,83	430.92,47	28.831,80	235.244,11
Itaqui	360.789,14	225.986,81	468.061,09	210.222,40	1.265.059,44
Uruguaiana	363.746,29	214.783,83	1.391.456,55	581.888,32	2.551.874,98
Alegrete	476.566,98	251.601,81	960.855,38	348.103,66	2.037.127,83
Manuel Viana	149.845,44	11.608,68	65.692,26	39.963,75	267.110,14
Barra do Quaraí	90.610,83	9.227,30	38.275,65	27.750,01	165.863,79
Santana do livramento	251.904,73	831.304,93	1.008.707,07	397.309,62	2.489.226,35
Quaraí	91.637,68	20.553,33	209.812,97	99.281,38	421.285,35
Rosário do Sul	194.034,66	39.426	429.446,23	179.291,72	842.198,61

Fonte: IBGE Cidades



Em relação ao VAB, corrobora-se a importância e centralidade de Uruguaiana na região, sendo seguida de imediato por Santana do Livramento, Alegrete e São Borja. Reforça também a condição de dependência dos municípios menores, como Maçambará, Manuel Viana, Barra do Quaraí e Quaraí. Sendo que Alegrete tem o maior VAB da agropecuária, São Borja da Indústria e Uruguaiana em Serviços e administração. Esses últimos marcadores importantes da centralidade na hierarquia urbana regional. Destaque também a Uruguaiana com o maior porto seco da América Latina (BERTÊ, 2016).

O desenvolvimento agrícola e industrial tem implicações na constituição urbana e na oferta de serviços disponíveis. Segundo Santos (1993, p.53): “A cidade torna-se o lócus da regulação do que se faz no campo. É ela que assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola (...)”. A região se configura a partir dessa relação do comando do espaço urbano, mas em intrínseca relação com o espaço rural e associada às rugosidades da produção histórica da região, com o predomínio das grandes propriedades. Nessa lógica, pode-se interpretar a região Intermediária de Uruguaiana na articulação entre as singularidades sociais e históricas do local e a inserção do capital presente primeiro na modernização do campo e, em seguida, na constituição urbana. Segundo Elias (2012, p.3): São regiões agrícolas que “encontram-se sob o comando de grandes empresas nacionais e multinacionais, as mesmas que estão à frente das redes agroindustriais globalizadas, representando lugares funcionais dessas.” É o que Santos (1997) coloca como a guerra dos lugares e o meio técnico científico informacional.

A expansão federal das instituições de ensino médio e superior na região foi significativa. Alegrete, Uruguaiana e São Borja têm unidades do Instituto Federal Farroupilha, com cursos técnicos e superiores. O Município de Santana do Livramento tem uma unidade do Instituto Federal do Sul. A UNIPAMPA encontra-se nos municípios de Santana do Livramento, Alegrete, São Borja, Uruguaiana e Itaqui. Também destaca-se unidades da UERGS (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul) em Santana do Livramento, Alegrete e São Borja (BERTÊ, 2016). Essa expansão associa-se às políticas públicas voltadas para dinamizar a metade sul do Rio Grande do Sul.

Tabela 3: Trabalho

Município	Número de empresas	Pessoal ocupado	Pessoal ocupado assalariado	Salário médio mensal
São Borja	1.449	11.002	9.383	2,2
Maçambará	50	410	365	2,5
Itaqui	948	6.712	5.660	2,3
Uruguaiana	2.997	22.100	18.286	2,2
Alegrete	1.756	13.430	11.523	2,3
Manuel Viana	160	788	623	2,2
Barra do Quaraí	102	832	727	1,9
Santana do Livramento	2.352	15.260	12.109	2,2
Quaraí	759	3.449	2.604	1,8
Rosário do Sul	1.072	5.852	4.545	2,2

IBGE Cidades, 2018.

Considerações Finais

Observa-se que a região Intermediária de Uruguaiana apresenta uma complexidade decorrente das rugosidades dos processos sócio-históricos e territoriais e a inserção nas dinâmicas globais através da expansão de atividades do agronegócio. Como influência da rugosidade, tem-se a permanência de uma estrutura fundiária marcada por extensas propriedades voltadas a monoculturas e a concentração populacional no espaço urbano. Nesse sentido, os municípios da região são marcados pela articulação entre o rural empresarial e o urbano. Assim, observa-se a permanência de estruturas de desigualdades sociais, com a constituição de periferias urbanas nessas cidades.

As reflexões a partir do recorte proposto pelo IBGE possibilitaram identificar a sutil hierarquia regional, com destaque para Uruguaiana, Santana do Livramento, São Borja e Alegrete. Em consequência, observa-se desigualdades internas à região. Outro elemento em destaque é a tendência à redução populacional e necessidade de reflexões para dinamizar a economia regional, o que perpassa o combate às desigualdades tanto intraurbanas, quanto regionais. Algumas ações foram realizadas nos últimos anos, como a implantação de instituições de ensino federal e estadual em nível técnico e superior, o que indiscutivelmente proporciona maior produção técnica e reflexiva sobre o desenvolvimento e tem a potencialidade de ampliação do contingente populacional. Todavia, não se observou na última



década impacto dessas políticas no incremento populacional. Embora a redução populacional seja uma tendência do estado do Rio Grande do Sul, torna-se urgente refletir sobre o desenvolvimento regional, em particular nessas regiões marcadas por intensas desigualdades.

Referências Bibliográficas

BERTÊ, Ana Maria de Aveline (et. al). Perfil socioeconômico- corede fronteira oeste. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 26, p.296-335, fev. .2016.

CORREA, Roberto Lobato. **Trajatórias Geográficas**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

ELIAS, Denise. Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil. **XII Colóquio Internacional de Geocrítica**. Bogotá, 2012. Disponível em:< <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas.htm>>. Acesso em agosto de 2019.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In.: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e temas**. 7ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p.49-76.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias:2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades:2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

HAESBAERT, Rogério. **Regional – Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**.2ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LENCIONE, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades médias e pequenas no nordeste: conferência de abertura. In.: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (org.) **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010, p.13-44

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.